Programa de Pesquisa IESAE/FGV - Finep

Em 28 de junho de 1980, o IESAE/FGV solicitou apoio da Finep para um Programa de Pesquisa em continuação ao que vinha se desenvolvendo (Convênio 548/CT/Finep). A Finep aprovou o programa no seu conjunto, para o qual destinaria Cr$ 21.633.000,00. Desse montante de recursos, a Finep oficializou em convênio para os primeiros 12 meses da execução do referido programa, o montante de Cr$ 8.079.000,00 (26.05.81).

Os projetos em execução estão a seguir indicados:

A) Para uma formulação teórica de educação extra-escolar no Brasil: ideologia, educação e as favelas do Rio de Janeiro – 1945-80.

Coordenador: *Victor Vincent Valla*

1. O projeto, seu histórico e sua proposta

Na elaboração de uma proposta de trabalho que representa a justificativa para sua própria continuação e desdobramento, julgamos importante incluir, na discussão, as próprias origens e histórico do projeto de pesquisa.

Inicialmente, achamos importante lembrar que a proposta original do projeto de pesquisa foi elaborada e encaminhada em julho de 1977; as verbas, no entanto, foram liberadas somente em dezembro de 1978. Assim, o projeto em questão, foi objeto de algumas transformações como decorrência do largo período transcorrido entre sua proposição e seu efetivo desencadeamento. É nossa opinião que a pesquisa em desenvolvimento é uma decorrência direta da proposta original, está intimamente relacionada com a proposta *para uma formulação teórica da educação extra-escolar no Brasil.* O novo título, *Ideologia, educação e as favelas do Rio de Janeiro,* foi sugerido porque achamos que traduz melhor o objeto de investigação.

Depois de meses de trabalho e estudo, à medida que, de um lado, fomos precisando diversos conceitos e delimitando o universo da pesquisa, e de outro, equacionando nossas possibilidades em termos de recursos, acabamos redefinindo aquele projeto inicial.

Assim, os objetivos da pesquisa em desenvolvimento são:

1. Desenvolver uma análise crítica do conceito de educação extra-escolar à luz de uma discussão mais ampla sobre a relação entre ideologia e educação numa sociedade de classes.

2. Contribuir para a apreensão, sistematização e interpretação das formas de transmissão da ideologia dominante, incluindo programas de educação extra-escolar, dirigidos às camadas populares a partir de 1930.

3. Avaliar o papel da educação extra-escolar dentro da política educacional brasileira.

Através das discussões e estudos referidos, chegou-se, fundamentalmente, ao seguinte resultado: não é possível ver a educação extra-escolar independente do fenômeno global educativo, e, no caso do Brasil, essa relação não se dá independente da sua constituição como sociedade de classe.

Ora, dentro de uma sociedade de classes, o fenômeno educativo é um dos instrumentos de transmissão dos valores dos grupos que detêm o poder. Nesse sentido, o fenômeno educativo decorre de uma categoria mais ampla: a da ideologia. Levando em conta esta consideração, chegou-se à conclusão de que só é possível estudar as formas de educação extra-escolar à luz dessa categoria mais abrangente.

Assim, a pesquisa em questão visa apreender, preliminarmente, a ação ideológica das instituições que atuam junto às camadas populares, quer dizer, àquela população que foi menos atingida pelo sistema escolar formal. Dentre as propostas institucionais, procura-se apreender os programas de educação extra-escolar administrados.

Na medida em que a complexidade do problema foi se revelando, percebeu-se a necessidade de limitar o objeto de investigação no tempo e no espaço. Desta maneira, passou-se de uma proposta nacional para a regional. E, ainda mais, delimitou-se o universo de investigação às populações faveladas do Rio de Janeiro (1930-80). Este universo é, sem dúvida, significativo, pois abrange uma população de 1 milhão e 500 mil pessoas e representa uma área geográfica onde inúmeras instituições atuaram e atuam na forma mencionada.

Assim, o objetivo desse projeto se inscreve no contexto mais amplo que identificamos como as "relações entre as classes dirigentes e as camadas populares". O que nós perseguimos mais especificamente, no entanto, é recuperar historicamente

"a ação ideológica, e nela a educativa, das instituições que desenvolvem suas atividades promocionais junto aos favelados". Dentro disto, reputamos como fundamental, que nossa pesquisa possa contribuir no esclarecimento e explicitação dos mecanismos e estratégias da ação ideológica dessas instituições.

2. A nova proposta

Sabemos que quando se opta, em uma pesquisa, por um objeto e um determinado universo, estabelecem-se condições para superar as generalidades e para criar algo de novo ao se aprofundar um assunto específico.

Acontece também que, ao optarmos por um tal objeto, excluímos nesse momento muitos outros, às vezes intimamente relacionados com o escolhido. Da mesma forma quando aprofundamos este último, começamos a descobrir outros que consideramos igualmente ricos e significativos.

É isso o que acaba de acontecer-nos com a pesquisa em andamento. Estamos tentando recuperar, sob o ângulo do ideológico, as propostas das instituições que trabalharam e trabalham junto aos favelados do Rio de Janeiro, durante o período de 1930 a 1980. Esse é o objeto de nossa atual pesquisa.

Porém à medida que essa recuperação vai se concretizando e os projetos ideológicos tornam-se claramente explícitos, perguntamo-nos: como será que os favelados reagiram frente às diversas propostas? Será que aceitaram submissamente as remoções, aos parques proletários? O que significaram para os favelados as diversas propostas? Em outras palavras: sabemos que houve propostas e ações as mais diversas por parte das instituições ao longo de todos esses anos. Mas, da parte dos favelados, não houve nada?

Através de algumas informações um tanto confusas e desarticuladas, temos conhecimento que os favelados ora resistiram eficientemente a uma remoção, ora aceitaram uma outra passivamente, ora se organizaram em bloco para exigir a urbanização da favela, ora se dividiram inesperadamente diante de uma proposta de casa própria em outro lugar.

Sabemos que existem as comissões de moradores, a Faferj e talvez outras organizações para defender, em princípio, os interesses dos favelados, mas não sabemos o que significaram e significam, qual seu peso de fato, nas relações que nos ocupam.

Na verdade, através de pesquisas como a nossa, estamos é recuperando a *história* das relações entre as instituições assistenciais e promocionais e os favelados, enquanto concretização da história das relações das classes dirigentes e das camadas populares.

E essa história não se esgota nem se explica unilateralmente a nível dessas instituições. Ainda mais, se for correta a hipótese de que as propostas e ações das instituições não se explicam por si próprias, mas a partir de uma dada situação, isto é, dificuldades e soluções, consciência e conflitos das camadas populares, a recuperação histórica assinalada, de maneira nenhuma poderia focalizar somente alguns dos seus agentes, ou seja, as instituições.

É essa relação pendular que faz a história, e ela deve ser recuperada na sua dialeticidade.

Conta-se, de fato, com uma grande bibliografia sobre as favelas, porém a maioria dos trabalhos aborda a relação instituições/favelados em um só sentido: o das instituições. Os favelados são o objeto das propostas das instituições.

Da mesma forma, são raros os trabalhos que focalizam essa temática dentro de uma perspectiva histórica de análise. Na grande maioria das vezes, aborda-se a atuação destas instituições, sem enfatizar-se adequadamente as determinações históricas.

Por outra parte, nesses últimos cinco anos (1975-80) assistimos ao aparecimento de toda uma proposta tipicamente educativa por parte dessas instituições. Proposta análoga, aliás, à apresentada por essas instituições no período de 1946-62.

Diante disso nos perguntamos: o que caracteriza esses períodos e suas conjunturas a nível dos favelados, das instituições, das relações governo estadual/governo federal, do processo das relações sociais, que acabam influindo no encaminhamento de uma proposta educativa por excelência?

Será que aprofundando o estudo das relações instituições/favelados no período 1975-80 e 1946-62 teríamos pistas não só para entender ambos os períodos e as propostas institucionais mas, também, a possível ligação entre o posicionamento dos favelados em um dado momento das relações e as diversas propostas institucionais?

Mas, especificamente, é uma das nossas hipóteses para essa nova proposta de pesquisa, que a tendência dos favelados de incrementar sua organização nos períodos de redemocratização é que influencia as instituições a conduzir seus programas numa direção mais nitidamente educacional.

Ao longo do exposto, vê-se que estamos diante de uma problemática substancial a qualquer tentativa de acesso ao que poderíamos começar a chamar de *história das favelas do Rio de Janeiro.*

A nova pesquisa que aqui propomos teria como objeto recuperar durante o período de 1946 a 1980 as relações instituições/favelados mas, partindo destes, dos favelados, sua situação e posicionamento sócio-político ao longo desse período.

Escolhemos 1946 como data limite, porque é a partir desse ano que aparecem as primeiras formas de organização dos favelados, tal como a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) e outras.

Achamos adequado manter o nosso quadro teórico da pesquisa anterior, agora enriquecido com a hipótese básica de que "toda proposta das instituições junto aos favelados não se explica por si própria, mas também a partir de uma dada situação e posicionamento dos favelados".

Essa hipótese comporta metodologicamente uma abordagem que reconhece os favelados como agentes de um processo e não como mero objeto das propostas das instituições.

Isso tem conseqüência muito concreta como, por exemplo, o estudo do rico material que existe nas próprias favelas (jornais, atas de congressos e reuniões das associações de moradores). Será preciso também ora o contato com antigos moradores das favelas, ora a consulta da grande imprensa da época. Às vezes vai ser necessário ler nas entrelinhas e descobrir o implícito nos documentos elaborados, geralmente, na perspectiva de interesses alheios aos dos favelados.

Imaginamos uma primeira etapa, com a finalidade de colher as informações junto às diversas fontes; uma segunda de sistematização de material e uma terceira de análise e conclusões.

B) Memória dos movimentos de educação popular – as experiências do Movimento de Educação de Base em Goiás (1962-7) e do Projeto "João de Barro" no Maranhão (1967-72).

Coordenador: *Osmar Fávero*

1. Justificativa e objetivo

O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos, para o período de 1980 a 1985, coloca a política educacional dentro da orientação fundamental da política social: desenvolver um esforço integrado das áreas social e econômica para a superação das desigualdades sociais. A diretriz básica da política educacional passa a ser, então, particular deste esforço, nos seguintes termos (III PSECD, p. 14):

"A educação, considerada na ótica da política social, compromete-se a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se preferencialmente para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do rendimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja função da posse econômica ou da força de grupos dominantes."

Entre as cinco linhas prioritárias dessa política educacional, expressas no mesmo documento, as duas citadas em primeiro lugar são:

a) a educação no meio rural, buscando atingir um dos focos mais acentuados de pobreza do país;

b) a educação nas periferias urbanas, definidas estas como as áreas de concentração da população urbana mais carente.

Visando colher subsídios para subsidiar a elaboração e, eventualmente, a implementação dos programas que venham a concretizar essas linhas prioritárias, parece-nos fundamental a recuperação e a análise de experiências realizadas – ao que se sabe com relativo sucesso – em períodos anteriores, principalmente no meio rural.

Dessa forma, propôs-se a realização de uma pesquisa objetivando:

1. Reconstituir as experiências de educação popular realizadas pelo Movimento de Educação de Base, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nos estados de Goiás, de 1961 a 1966, e do Maranhão, de 1962 a 1967, e do Projeto "João de Barro", promovido pela Secretaria de Educação do Maranhão, em sua primeira fase, 1967-72.

2. Analisar as três experiências citadas, procurando identificar as condições em que foram produzidas e destacando tanto os aspectos específicos de cada uma, como os pontos comuns que permitem uma comparação entre elas.

3. A partir dessa análise comparativa e tendo em vista as prioridades do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos, propor alternativas metodológicas para experiências congêneres.

2. Metodologia

Comumente as análises de experiências de educação popular se situam em duas posições: ora buscam no trabalho educativo os resultados, ora valorizam apenas o processo. Os que consideram o trabalho educativo como instrumento de mudança social enfatizam o processo e os que se situam numa perspectiva desenvolvimen-

tista dão ênfase aos resultados. Para uma análise na perspectiva do processo é a própria prática educativa que deve ser considerada. A presente investigação seguirá esta última orientação sem, entretanto, desprezar os resultados. Serão buscadas as conexões e contradições inerentes às práticas de educação popular e a sua relação com o todo social. Nesta perspectiva, o método de análise histórica será o caminho fundamental para este trabalho, no qual buscaremos verificar, do ponto de vista da pedagogia, quais as inovações e suas contribuições efetivas para a educação brasileira.

O uso do método de análise histórica no estudo de experiências de educação popular implica a abordagem de três aspectos fundamentais: os relativos à realidade social existente, os relativos à ação educativa propriamente dita e os relativos às instituições através das quais a ação educativa chega às camadas populares.

Para a análise da realidade social existente, serão desenvolvidos estudos da conjuntura sócio-econômica, enfatizando-se o estudo do lugar que os grupos populares ocupavam e/ou ocupam no processo de produção. Em relação às instituições, serão estudadas suas características próprias que condicionaram as possibilidades de educação popular. Com referência à ação educativa, serão analisados, fundamentalmente, os objetivos propostos, os métodos utilizados, o conteúdo da mensagem, os agentes envolvidos e os grupos por ela atingidos. Ressalta-se que estas análises não serão realizadas de forma isolada mas serão buscadas as suas relações numa tentativa de construir um todo dialético que permita uma apreensão do real.

Dentro das limitações metodológicas, será buscada a máxima objetividade. Para uma penetração mais profunda no objeto de pesquisa, contamos com o fato dos pesquisadores terem participado da realização das experiências. Entretanto, estamos conscientes, também, de que nosso envolvimento direto com a realização das experiências poderá trazer influências demasiado subjetivas. Esta própria consciência nos deixará, no entanto, em alerta para possíveis riscos. Acreditamos, outrossim, que o domínio da metodologia e a clareza na elaboração e utilização de um referencial teórico rigoroso poderá garantir a cientificidade da pesquisa.

Para esta análise desenvolveremos os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Recuperação histórica das experiências através de:

• levantamento, tratamento e análise da documentação produzida pelas mesmas, confrontando-a com a conjuntura do período;

• recuperação da história oral através de entrevistas com pessoas nelas envolvidas: idealizadores, formuladores, equipes técnicas, supervisores, monitores, alunos, participantes de trabalhos comunitários etc.

2. Comparação e estabelecimento de relações entre as experiências do MEB localizadas em Goiás e Maranhão e destas com o Projeto "João de Barro".

3. A partir destas análises, estabelecimento de propostas metodológicas para o desenvolvimento de experiências atuais congêneres.

3. Produtos esperados

a) relatório parcial sobre as experiências de educação popular no início da década de 60, destacando o MEB e os outros movimentos que inspiraram diretamente o Projeto "João de Barro";

b) quatro relatórios parciais, consistindo em duas dissertações sobre o MEB (de Goiás e do Maranhão) e duas sobre o "João de Barro" (condições de criação e modos de funcionamento);

c) relatório final, contendo uma síntese das análises das experiências e proposição de alternativas metodológicas para experiências congêneres.

Observa-se que o primeiro relatório parcial, previsto em *a*, constitui-se na primeira parte da tese de doutoramento a ser apresentada por Osmar Fávero na PUC/SP, até final de 1981. Esta primeira parte já está sendo redigida e será ampliada, no quadro da pesquisa Finep, para subsidiar a análise do Projeto "João de Barro".

Quanto aos relatórios parciais, relativos às experiências dos estados, cada um deles se constituirá numa dissertação de mestrado na FGV/IESAE, respondendo o gerente da pesquisa também pela orientação acadêmica dos mestrandos. Todos os mestrandos são bolsistas: Arno Kreutz e Claudett de Jesus Monteiro, da Capes/PICD, estando liberados até o final de 1981 para a elaboração da monografia; Maria da Conceição Brenha Raposo, da Capes e José Pereira Peixoto Filho, do CNPq, ambos no período julho de 1981 a junho de 1982.

Tanto o projeto de tese do gerente como os planos de dissertação dos professores mestrandos estão aprovados e são anexados a esta proposta.

Observa-se, finalmente, que o relatório final não se constituirá apenas num somatório das conclusões parciais, mas numa integral dessas conclusões, tendo em vista as situações atuais.

Círculos operários: a ação educativa da Igreja e os setores populares brasileiros (1932-64)

Coordenador: *Manoel de Jesus Araújo Soares*

Nota introdutória

É inegável a influência que a doutrina da Igreja Católica teve e tem na formação dos valores assumidos pelas classes populares no Brasil.

Entretanto, suas formas de organização e seu conteúdo doutrinário nem sempre se mantiveram os mesmos durante os últimos 50 anos. É assim que claras diferenças são detectáveis entre a estrutura e o conteúdo doutrinário dos círculos operários e os mesmos aspectos das atuais comunidades de base, por exemplo.

Estas diferenças decorrem não apenas da evolução sofrida pela própria Igreja a nível mundial e nacional, mas também das modificações que se produziram no interior mesmo da sociedade brasileira.

A importância de um estudo detalhado e profundo dessa evolução parece fora de dúvida. A primeira parte desse estudo – uma série de pesquisas sobre a influência educativa da Igreja junto aos setores populares brasileiros – versará sobre a prática educativa dos Círculos Operários Católicos, no período de 1932 a 1964.

1. Objetivos

Os objetivos da pesquisa proposta são os seguintes:

1. Determinar a influência que exerceu a doutrina da Igreja Católica, no período de 1932 a 1964, na formação cultural de parte da elite operária brasileira, através da ação educativa dos círculos operários.

2. Fornecer subsídios para a história da educação não-formal da força de trabalho no Brasil.

3. Detectar a importância e os efeitos dessa formação nas atitudes concretas de trabalhadores diante dos problemas fundamentais da classe operária.

4. Detectar as funções sociais que possam ter sido conferidas pela Igreja e pelo Estado brasileiro aos círculos operários, no período em questão.

2. Discussão técnica

Fundados em 1932, um ano após a publicação da encíclica *Quadragésimo Ano* de Pio XI, os círculos operários logo floresceram. As condições históricas, criadas pelo novo regime instaurado com a Revolução de 1930, ofereciam um clima propício para o movimento operário católico. Buscando a harmonia e a unidade das classes sociais, como condição para a construção da paz e da ordem, pelo estabelecimento da "compreensão mútua entre empregador e empregados", os círculos operários foram criados "para oferecer uma alternativa cristã ao marxismo". Tendo como grande orientadora a "carta trabalhista" *Rerum Novarum* de Leão XIII, o *circulismo* se propunha resolver a questão dos trabalhadores – de qualquer profissão, credo, idade e sexo – "sem comunismo, sem política partidária e com justiça social".

Servindo como aglutinadores dos interesses dos trabalhadores, os círculos operários ajudaram a formar muitos operários brasileiros, inicialmente através da educação não-formal que promoviam pelos mais variados meios; depois, através sobretudo das "escolas de líderes", criadas por todo o Brasil. Isso por si só já justificaria a necessidade de um estudo sistemático sobre a proposta educativa dos círculos operários no Brasil, se não levássemos em consideração o papel que exerceram junto ao Estado e a instituições civis como a Igreja e os sindicatos operários, bem como suas estreitas relações – nem sempre tranqüilas – com organizações internacionais de classe.

Fundados na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, os círculos operários logo assumiram caráter nacional, multiplicando-se pelos vários estados brasileiros, apoiados pelo "renascimento católico" nascido nos anos 20 e por uma política de conciliação entre as classes sociais, inaugurada em 1930 pelo governo Vargas. Dir-se-ia que as tentativas anteriores para organizar um movimento operário católico no Brasil estavam agora colhendo seus frutos.

Em 1935, três anos depois da fundação dos círculos operários, foi realizado, no Rio Grande do Sul, o primeiro congresso de líderes operários católicos. Nesse momento, 18 círculos já estavam organizados com cerca de 14.000 associados.

Em 1937, com a realização do I Congresso Nacional Circulista, criou-se a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC), como "órgão supremo e coordenador" das federações estaduais e dos operários não-federados.

Durante o Estado Novo, os círculos operários, sem oposição e sem concorrência, e com o apoio declarado do Estado, cresceram e prosperaram, com a fundação de novas federações nas várias regiões brasileiras. Em 12 de maio de 1941, pelo Decreto federal nº 7.164, a organização circulista foi reconhecida como "órgão técnico e consultivo" do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Com o fim do Estado Novo em 1945, o movimento operário católico entrou em declínio – apesar das providências tentadas pelo V Congresso dos Círculos Operários, realizado no Rio de Janeiro em 1948 – para só se reerguer em meados da década de 1950, através de uma nova orientação que "tornou seu programa e atividades mais relevantes para o trabalhador brasileiro".

Como fruto dessa reorientação – que consistiu fundamentalmente no "esforço para tornar o movimento orientado mais para os problemas trabalhistas" – foram criadas as escolas de líderes operários, que tinham como objetivo treinar dirigentes para o movimento sindical, que tivessem orientação cristã, proporcionando ao movimento circulista um sólido grupo de organizadores e propagandistas de nível médio. As escolas de líderes operários do Rio de Janeiro e São Paulo foram incorporadas à estrutura administrativa das universidades católicas dessas duas cidades, adquirindo, com isso, maior prestígio e legitimação. *

A nova orientação do movimento operário católico levou os círculos operários a um revigoramento de suas atividades organizativas, afastando-os consideravelmente das aulas de catecismo e das atividades caritativas dos seus primeiros anos.

Nos inícios dos anos 60, começam a aparecer os resultados das escolas de líderes e a nova atuação dos circulistas, associados e líderes. Em nível local e estadual, ex-alunos daquelas escolas conseguiram importantes posições de liderança nos sindicatos e nas federações, no combate a outras lideranças que se opunham à estrutura sindical oficial. Essa luta que, naquele momento, se travava também no mundo rural, conduziu os círculos operários a um novo período de crise que culminou, em meados da década de 1960, numa ruptura nas fileiras do movimento operário cristão.

Nos últimos anos, foi feito um renovado esforço de revitalização do movimento operário católico, através de tentativas de modernização dos círculos operários. Mas a situação ainda é de instabilidade, de incerteza e perplexidade quanto ao futuro da organização.

* N. do A. Além das escolas de líderes, os círculos operários mantinham numerosas escolas primárias, secundárias, grande número de cursos técnicos e "classes de adultos", como propriedade das federações nos estados. No terreno da assistência social, mantinham um hospital, clínicas, consultórios médicos, farmácias, consultorias jurídicas, associações de empréstimos financeiros, cooperativas, credores, cinemas, jornais, casas de retiro.

Organizados em confederação (a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos – CBTC era denominada, até 1965, Confederação Nacional dos Círculos Operários – CNCO), federações e núcleos, os círculos operários mantêm hoje a mesma estrutura de outrora; assim como mantêm os mesmos objetivos para os quais foram criados: realizar através da doutrina social cristã, a promoção social, cultural, política e econômica da classe trabalhadora, pela união das classes sociais.

3. Discussão do método

A pesquisa proposta pretende discutir fundamentalmente a validade das seguintes hipóteses:

1. As Encíclicas *Rerum Novarum* (de Leão XIII) e *Quadragésimo Ano* (de Pio XI) – "que constituem a carta magna da sociologia cristã e encarnam a aplicação da moral e doutrina cristãs à Questão Social" – foram as principais bases inspiradoras do movimento operário católico brasileiro, que teve como uma de suas expressões máximas os círculos operários. Através dessa doutrina a Igreja brasileira procurou adequar-se ao desenvolvimento político, social e econômico tal como este se expressava na política do Estado Novo.

2. O contexto histórico-social brasileiro, a partir de 1930, ofereceu as condições político-sociais necessárias e suficientes para a criação e o desenvolvimento dos círculos operários, no período de 1932 a 1964.

Para a discussão dessas hipóteses, e de outras que possam surgir no decorrer da pesquisa, ter-se-á o seguinte procedimento:

1. Análise da doutrina social da Igreja, a partir das encíclicas *Rerum Novarum* (que inaugura essa doutrina) e *Quadragésimo Ano* (que comemora a publicação daquela e reafirma seus princípios fundamentais). Como subsídios para esta análise serão estudados os principais documentos que dão conta da origem e do desenvolvimento da ação católica mundial e brasileira, assim como as cartas pastorais dos bispos brasileiros, no período em questão.

2. Estudo, no contexto histórico brasileiro decorrente da Revolução de 1930, dos aspectos mais diretamente vinculados à posição oficial dos problemas abordados pelos círculos operários.

3. Análise das fontes primárias disponíveis, como os *Estatutos dos Círculos Operários, Manual do Círculo Operário, Álbum do movimento dos Círculos Operários no Brasil, Guia do assistente eclesiástico do Círculo Operário, Que são os Círculos*

Operários?, Trabalhador! Conheça o seu movimento, Boletim para dirigentes, publicado pela Confederação Nacional dos Círculos Operários, planos nacionais, relatórios anuais de atividades, apostilas, periódicos especializados como a *Formação circulista*, publicações avulsas do Departamento de Estudos e Formação da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC), como *Dinâmica sindical, Diretrizes sindicais, Visão geral do sindicalismo,* entre outras.

4. Além de uma bibliografia básica a ser utilizada, será levado em consideração o estudo realizado no Brasil em 1969 por Howard J. Wiarda, da Universidade de Massachusetts, EUA, que tem por título *O Movimento Operário Católico Brasileiro – os dilemas do desenvolvimento nacional.* Esse estudo foi publicado, no Brasil, pelo Centro João XXIII, do Rio de Janeiro.

5. Entrevistas com líderes operários, circulistas ou ex-circulistas, que tenham pertencido aos mais importantes círculos operários do período em estudo.